

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. A nacionalidade que se adquire por vontade própria, após o nascimento, e em regra pela naturalização, é classificada como
- (A) relativa.
(B) originária.
(C) primária.
(D) absoluta.
(E) secundária.
22. O sufrágio é um direito
- (A) público objetivo de natureza política.
(B) público subjetivo de natureza política.
(C) privado objetivo de natureza nacional.
(D) privado objetivo ilimitado.
(E) público objetivo ilimitado.
23. Com relação à Organização Político-Administrativa, o Estado-membro que, no exercício de sua competência tributária, ferir o regime democrático, afrontará, por consequência, o princípio constitucional classificado como
- (A) rígido.
(B) extensível.
(C) sensível.
(D) estabelecido.
(E) complementar.
24. Com relação à Administração Pública, o princípio que tem por característica a participação e aproximação dos serviços públicos da população é o da
- (A) igualdade.
(B) legalidade.
(C) impessoalidade.
(D) moralidade.
(E) eficiência.
25. Sobre a Administração Pública, considere:
- I. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, sendo certo que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- II. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- III. É permitida, em qualquer caso, a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- IV. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- V. Ao servidor público da administração direta e indireta, salvo autárquica, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para promoção por antiguidade e merecimento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) I, III e IV.
(C) II, III e V.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

26. As atribuições do Presidente da República poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Dentre outras, são atribuições que poderão ser delegadas:
- (A) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
(B) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
(C) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
(D) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
(E) conferir condecorações e distinções honoríficas.

27. Em relação às funções essenciais à Justiça, estabelece a Constituição Federal, dentre outras hipóteses, que
- (A) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República ou do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria qualificada do Congresso Nacional.
(B) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
(C) a legitimação exclusiva e privativa do Ministério Público para as ações civis públicas, impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.
(D) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria da Câmara dos Deputados, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
(E) aos Procuradores do Estado é assegurada vitaliciedade após três anos da posse, mediante avaliação de desempenho pelo Chefe do Executivo, após relatório circunstanciado dos Conselhos respectivos.

Direito Administrativo

28. Dentre as assertivas abaixo, assinale a que corretamente aponta uma característica da permissão de serviço público, que a distingue da concessão de serviço público.
- (A) Seu objeto é a execução de serviço público, continuando a titularidade do serviço com o Poder Público.
(B) Remuneração tarifária.
(C) É formalizada por contrato administrativo.
(D) Pode ser feita à pessoa física.
(E) Depende de licitação.



29. No que diz respeito ao elemento motivo dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) O motivo, sempre está expresso na lei, não podendo ser deixado ao critério do administrador.
- (B) No ato de punição do funcionário, o motivo é a infração que ele praticou.
- (C) A ausência de motivo ou a indicação de motivo falso invalidam o ato administrativo.
- (D) Motivação é a exposição ou indicação dos motivos, ou seja, demonstração por escrito dos fatos e fundamentos jurídicos do ato.
- (E) Quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros.
-
30. No que concerne ao controle judicial dos atos da Administração Pública:
- (A) O Poder Judiciário pode examinar os atos administrativos, inclusive os discricionários, mas sempre sob o aspecto da legalidade, não podendo analisar o aspecto da moralidade e tampouco o mérito administrativo.
- (B) Não é possível a revisão dos motivos do ato administrativo pelo Poder Judiciário, ainda que definidos em lei como vinculadores do ato, isto porque os motivos determinantes correspondem ao mérito administrativo.
- (C) Contra ato administrativo que contrarie súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, o qual, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo e determinará que outro seja praticado.
- (D) Os atos normativos do Poder Executivo, como regulamentos, resoluções, portarias não podem ser invalidados pelo Judiciário, a não ser por via de ação direta de inconstitucionalidade e através da ação direta de constitucionalidade.
- (E) Equiparam-se às autoridades coatoras, para efeitos da Lei do Mandado de Segurança, pessoas naturais no exercício de atribuições do Poder Público, nesta hipótese, a ação mandamental será cabível ainda que o ato impugnado não seja proveniente das referidas atribuições.
-
31. Quanto a acumulação de cargos, a Lei nº 8.112/90, estabelece que
- (A) a proibição de acumular estende-se apenas a cargos e não empregos ou funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) o servidor que acumular lícitamente dois ou mais cargos em comissão, quando investido em cargo efetivo, ficará afastado de ambos os cargos, ainda que houver compatibilidade de horário.
- (C) em qualquer hipótese é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (D) se considera acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações não forem acumuláveis na atividade.
- (E) a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
-
32. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO que
- (A) para os fins desta Lei, consideram-se entidade a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica e autoridade o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- (B) nos processos administrativos será observado, em qualquer caso e de forma absoluta, entre outros, o critério de proibição de cobrança de despesas processuais.
- (C) a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (D) dentre os direitos do administrado perante a Administração Pública, está o de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- (E) os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
-
33. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa:
- (A) Não constitui ato ímprobo exercer atividade de consultoria para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de atribuições do agente público, durante a atividade.
- (B) Está sujeito às penalidades da Lei de Improbidade, o ato praticado contra entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou receita anual, inexistindo limite à sanção patrimonial.
- (C) O sucessor daquele que praticou ato de improbidade atentatório aos princípios da Administração Pública, qual seja, o de negar a publicidade de atos oficiais, estará sujeito às sanções da Lei de Improbidade, porém até o limite do valor da herança.
- (D) As disposições da Lei de Improbidade aplicam-se àquele que, mesmo não sendo agente público, beneficie-se do ato ímprobo, sob qualquer forma direta ou indireta.
- (E) Qualquer autoridade, desde que noticiada acerca de ato ímprobo causador de lesão ao erário ou de enriquecimento ilícito, poderá representar ao Juiz de Direito para a indisponibilidade de bens do indiciado.
-
- Direito Civil**
34. O direito à sucessão aberta, a energia térmica e os animais incluem-se, para os efeitos legais, na categoria dos bens
- (A) móveis.
- (B) imóveis.
- (C) imóveis, imóveis e móveis, respectivamente.
- (D) imóveis, móveis e móveis, respectivamente.
- (E) móveis, imóveis e móveis, respectivamente.



35. Num comercial exibido na televisão, a imagem de Pedro, sem a sua autorização, aparece correndo numa esteira de academia. A utilização de sua imagem
- (A) pode ser proibida a seu requerimento e enseja indenização, por se destinar a fins comerciais.
 - (B) pode ser proibida a seu requerimento, mas não enseja indenização, por não lhe atingir a honra.
 - (C) não pode ser proibida a seu requerimento, por não lhe atingir a honra, mas enseja indenização, por não ter sido autorizada.
 - (D) não pode ser proibida a seu requerimento, nem enseja indenização, por não lhe atingir a honra.
 - (E) só pode ser proibida e só gera direito à indenização se implicar em ofensa à sua boa fama e respeitabilidade.

36. Contra os menores de dezesseis anos
- (A) não correm os prazos de decadência, mas correm os prazos prescricionais.
 - (B) não correm os prazos de decadência e de prescrição.
 - (C) não correm os prazos de prescrição, mas correm os prazos decadenciais.
 - (D) correm normalmente os prazos de decadência e de prescrição.
 - (E) os prazos prescricionais e decadenciais são computados em dobro.

37. Uma obrigação indivisível resolveu-se em perdas e danos por culpa de um dos três devedores. Nesse caso,
- (A) o devedor culpado responderá pelas perdas e danos e os outros ficarão exonerados da obrigação.
 - (B) todos os devedores responderão pelas perdas e danos em sua totalidade em razão da indivisibilidade, com direito de regresso contra o culpado.
 - (C) todos os devedores responderão pelas perdas e danos de forma proporcional à sua parte na obrigação.
 - (D) a obrigação será considerada extinta e todos os devedores ficarão exonerados.
 - (E) todos os devedores responderão pelas perdas e danos em sua totalidade em razão da indivisibilidade, sem direito de regresso contra o culpado.

38. Paulo entregou a Pedro, através de doação sem encargo, dez ovelhas para reprodução. No entanto, todas elas eram estéreis. Nesse caso, Pedro
- (A) poderá exigir que o doador substitua os animais doados, uma vez que eram impróprios ao uso a que se destinavam.
 - (B) poderá rejeitar os animais pelos defeitos ocultos que os tornavam impróprios ao uso a que se destinavam, redibindo o contrato.
 - (C) poderá pedir ao doador indenização pela depreciação do valor dos animais doados, uma vez que eram impróprios ao uso a que se destinavam.
 - (D) poderá pedir ao doador indenização pelas crias que não conseguirá obter em razão da esterilidade das ovelhas doadas.
 - (E) não poderá rejeitar os animais pelos defeitos ocultos que os tornavam impróprios ao uso a que se destinavam porque os recebeu através de doação não onerosa.

Direito Processual Civil

39. "Meio extrínseco pelo qual se instaura, desenvolve e termina o processo" é conceito doutrinário de
- (A) ação.
 - (B) jurisdição.
 - (C) procedimento.
 - (D) lide.
 - (E) relação processual.

40. João alienou a José, por ato entre vivos, um terreno litigioso. Nesse caso, José, como adquirente,
- (A) poderá substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante e exigir a repetição de todos os atos processuais já praticados.
 - (B) deverá ingressar em juízo e substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante, recebendo o processo no estado em que se encontra.
 - (C) deverá pleitear a anulação do processo, por ter ocorrido alteração de um dos polos da demanda.
 - (D) poderá intervir no processo assistindo o alienante, mesmo sem o consentimento da parte contrária.
 - (E) não poderá de nenhuma forma intervir no processo, devendo aguardar os efeitos da sentença que decidir a demanda.

41. O recurso
- (A) só pode ser interposto pela parte vencida.
 - (B) extraordinário impede a execução da sentença.
 - (C) especial deve ser interposto no prazo de 15 dias.
 - (D) interposto pelo Município depende de preparo.
 - (E) adesivo é independente do principal.

42. Os embargos do devedor
- (A) poderão ser opostos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
 - (B) poderão ser opostos no dobro do prazo legal quando os executados tiverem diferentes procuradores.
 - (C) terão sempre efeito suspensivo, ficando a execução paralisada até o seu julgamento.
 - (D) não poderão ser rejeitados liminarmente, mesmo quando manifestamente protelatórios.
 - (E) impedirão, uma vez recebidos, a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

43. Paulo é credor de Pedro, através de cheque devolvido pelo estabelecimento bancário por insuficiência de fundos. Após o decurso do prazo prescricional do cheque, pode este ser usado para ajuizar
- (A) embargos de terceiro.
 - (B) execução por quantia certa contra devedor solvente.
 - (C) ação rescisória.
 - (D) ação de consignação em pagamento.
 - (E) ação monitoria.



Direito do Trabalho

44. Aos empregados domésticos são assegurados:

- (A) Férias de trinta dias corridos e adicional noturno.
- (B) Estabilidade provisória da empregada gestante e vale-transporte.
- (C) Férias de vinte dias úteis e vale-transporte.
- (D) Aviso prévio e intervalo intrajornada.
- (E) FGTS e férias de vinte dias úteis.

45. Jaqueline e Fátima eram empregadas da empresa TARDE quando foram dispensadas sem justa causa. Jaqueline teve o seu aviso prévio indenizado e Fátima trabalhou durante o seu aviso. Neste caso, o pagamento

- (A) apenas do aviso de Fátima está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (B) de ambos os avisos não está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (C) apenas do aviso de Jaqueline está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (D) de ambos os avisos está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (E) apenas do aviso de Fátima está sujeito à contribuição para o FGTS, mas em proporção reduzida.

46. Simone é empregada da empresa COPAS e recebe gratificação semestral; Janina é empregada da empresa OURO e recebe adicional de periculosidade; e Nair é empregada do restaurante ESPADAS e recebe gorjeta cobrada diretamente na nota de serviço. Nestes casos, incorporam-se ao cálculo das férias as verbas recebidas por

- (A) Simone, Janina e Nair.
- (B) Simone e Janina, apenas.
- (C) Janina e Nair, apenas.
- (D) Janina, apenas.
- (E) Nair, apenas.

47. Milena, Angelina, Bartolomeu e Caio eram empregados da empresa BOM DIA. Em virtude de corte de verbas, os quatro funcionários foram dispensados sem justa causa. Quando da dispensa, Milena laborava para a empresa há cinco meses; Angelina há dez meses; Bartolomeu há cinco anos e oito meses; e Caio há sete anos e dois meses. Nestes casos, com a extinção do contrato de trabalho, fará jus ao pagamento da remuneração das férias proporcionais

- (A) Milena, Angelina, Bartolomeu e Caio.
- (B) Angelina, Bartolomeu e Caio, apenas.
- (C) Bartolomeu e Caio, apenas.
- (D) Caio, apenas.
- (E) Bartolomeu, apenas.

48. Deferida a equiparação salarial, eventual desligamento do paradigma

- (A) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo imediatamente, sob pena de infringência ao princípio da primazia da realidade.
- (B) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo imediatamente, em razão da extinção do fato gerador da equiparação salarial.
- (C) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, respeitando o prazo de seis meses previsto na CLT.
- (D) não impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, sob pena de infringência ao princípio da irredutibilidade salarial.
- (E) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, respeitando o prazo de doze meses previsto na CLT.

49. O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CCFGTS, terá em sua composição, dentre outros membros,

- (A) um representante da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá.
- (B) Ministro de Estado das Cidades, que ocupará a vice-presidência do Conselho.
- (C) três representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (D) dois representantes dos trabalhadores, indicados pela Força Sindical.
- (E) três representantes dos trabalhadores, indicados pela Central Única dos Trabalhadores – CUT.

50. Magnólia é empregada da empresa MY e recebe adicional de insalubridade, tendo em vista que a atividade que desenvolve está enquadrada entre as atividades insalubres. Neste caso,

- (A) apenas a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, ressalvando-se que para a redução salarial, deverá ser observado o prazo de três meses previsto na CLT.
- (B) apenas a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- (C) apenas a reclassificação da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- (D) a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional.
- (E) a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

**Direito Processual do Trabalho**

51. É isento de custas, além dos beneficiários de Justiça gratuita,

- (A) a Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) o Sindicato Profissional.
- (C) a Fundação Pública Estadual que explora atividade econômica.
- (D) o Ministério Público do Trabalho.
- (E) o Conselho Federal de Medicina.

52. Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios, nunca superiores a

- (A) 10%, são devidos quando a parte estiver assistida por Sindicato da categoria profissional e apenas se comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal.
- (B) 10%, são devidos quando a parte estiver assistida por Sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- (C) 15%, são devidos quando a parte estiver assistida por Sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- (D) 20%, são devidos quando a parte estiver assistida por Sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- (E) 20%, são devidos quando a parte estiver assistida por Sindicato da categoria profissional e apenas se comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal.

53. Joana e Márcia são testemunhas na reclamação trabalhista proposta por Gabriela contra sua ex-empregadora, a empresa CHÁ. Somente considerando que Joana já litigou contra a mesma empregadora em reclamação trabalhista transitada em julgado e que Márcia ainda está litigando contra a empresa CHÁ,

- (A) Joana e Márcia não são consideradas suspeitas.
- (B) Joana e Márcia são consideradas suspeitas.
- (C) apenas Joana é considerada suspeita.
- (D) apenas Márcia é considerada suspeita.
- (E) Joana e Márcia estão impedidas de testemunhar.

54. Em sede de Ação Rescisória,

- (A) é obrigatório o depósito prévio de 35% do valor da causa para o seu ajuizamento.
- (B) procede pedido formulado por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controversa nos Tribunais.
- (C) a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto dispensável ao tempo do seu ajuizamento.
- (D) não é possível a discussão a respeito de homologação de acordo na Justiça do Trabalho.
- (E) havendo recurso ordinário, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

55. Em sede de Mandado de Segurança,

- (A) a concessão de liminar ou a homologação de acordo não constituem faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável por esta via, devendo-se observar o prazo decadencial de 90 dias.
- (B) a concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável por esta via.
- (C) apenas a concessão de liminar não constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável por esta via.
- (D) apenas a homologação de acordo não constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável por esta via.
- (E) a concessão de liminar ou a homologação de acordo não constituem faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável por esta via, devendo-se observar o prazo decadencial de 120 dias.



56. O edital de hasta pública é requisito

- (A) indispensável à validade do ato de expropriação dos bens levados à hasta, devendo ser fixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 20 dias.
- (B) indispensável à validade do ato de expropriação dos bens levados à hasta, devendo ser fixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 30 dias.
- (C) indispensável à validade do ato de expropriação dos bens levados à hasta, devendo ser fixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 60 dias.
- (D) dispensável à validade do ato de expropriação dos bens levados à hasta, mas quando existir, deve ser fixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 60 dias.
- (E) dispensável à validade do ato de expropriação dos bens levados à hasta, mas quando existir, deve ser fixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 90 dias.

57. Matias pretende interpor recurso adesivo no recurso ordinário interposto pela reclamada na reclamação trabalhista que ajuizou. Neste caso, o recurso adesivo é

- (A) compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (B) compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (C) incompatível com o processo do trabalho pela ausência de dispositivo expresso na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal.
- (D) compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses apenas de interposição de recurso ordinário e de agravo de petição, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (E) compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses apenas de interposição de recurso ordinário e de agravo de petição, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

58. Nos termos do Regimento, o julgamento dos conflitos de competência ou de atribuições entre as Turmas e Varas do Trabalho, compete

- (A) originariamente ao Presidente das Turmas.
- (B) em grau de recurso às Turmas e Varas.
- (C) originariamente ao Corregedor Geral do Tribunal.
- (D) em grau de recurso ao Vice-presidente do tribunal.
- (E) originariamente ao Tribunal Pleno.

59. De acordo com o Regimento, das decisões proferidas pelo Corregedor-Regional cabe

- (A) Recurso Ordinário, no prazo de cinco dias, contados da ciência do prejudicado.
- (B) Reclamação Correicional no prazo de cinco dias, contados da publicação no órgão oficial.
- (C) Agravo Regimental, no prazo de oito dias, contados da publicação no órgão oficial.
- (D) Embargos de Declaração, no prazo de dez dias, contados da intimação pessoal do prejudicado.
- (E) Reclamação, no prazo de quinze dias, contados da citação do prejudicado.

60. Quanto as Sessões de Julgamento, estabelece o Regimento que

- (A) o Desembargador Federal do Trabalho não poderá modificar o voto já proferido, ainda que antes de proclamada a decisão.
- (B) ainda quando dispensável para decidir questão nova surgida no julgamento, será dado substituto ao Desembargador Federal do Trabalho e a critério da Presidência, cujo voto nesse caso, será computado.
- (C) se tratando de matéria administrativa, o Presidente do Tribunal votará em último lugar e, em caso de empate, terá voto de qualidade, mesmo que em matéria recursal.
- (D) no julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente do Tribunal ou do Corregedor-Regional, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou o despacho recorrido.
- (E) findo o relatório e antes de ouvido o Revisor, o Presidente dará a palavra aos advogados das partes, por quinze minutos cada, para sustentação oral.



Discursiva – Redação

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

1. Leia detidamente o texto seguinte.

Um filósofo alemão já lembrou, para ilustrar uma teoria sua, que as propriedades de um círculo de 1 milímetro de diâmetro são as mesmas de um círculo de 100 metros de diâmetro. Essa constatação não deveria sair da cabeça dos juristas, quando da aplicação da lei a pessoas de diferentes classes.

2. Redija uma dissertação, com coerência e clareza, acerca do tema discutido no texto acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	